

ROBIN BLACKBURN

A queda do
Escravismo Colonial:
1776-1848

Tradução de
MARIA BEATRIZ DE MEDINA

SBD-FFLCH-USP



241475



EDITORA RECORD
RIO DE JANEIRO • SÃO PAULO

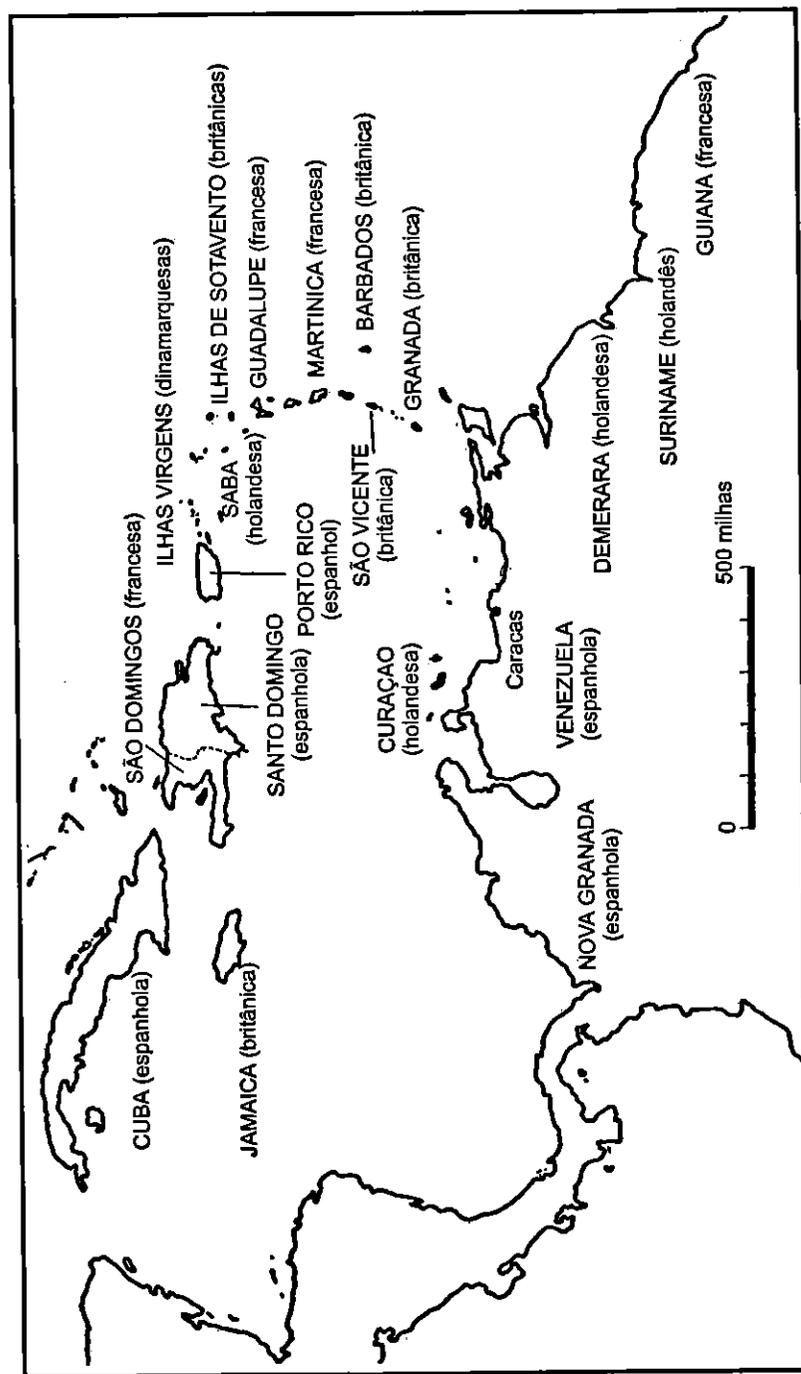
2002

Introdução:
Escravidão colonial no Novo Mundo
por volta de 1770

Behold the peace that's owned by him who feels
He does no wrong, or outrage when he deals
In human flesh; or yet supplies the gold
To stir the strife, whose victims you behold...
Perhaps the Cuban merchant too, may think
In guilt's great chain he's but the farthest link.
Forsooth, he sees not all the ills take place,
Nor goes in person to the human chase;
He does not hunt the negro down himself;
Of course he only furnishes the pelf.
He does not watch the blazing huts beset,
Nor slips the horde at rapine's yell, nor yet
Selects the captives from the wretched band
Nor spears the aged with his right hand...
He does not brand the captives for the mart,
Nor stow the cargo — 'tis the captain's part...
His agents simply snare the victims first,
They make the war and he defrays the cost...
To human suffering, sympathy and shame,
His heart is closed, and wealth is all his aim.*

O mercador de escravos (1840), R. R. Madden

*Vede a paz que possui aquele que sente / Que nada faz de errado, nem agride quando vende / Carne humana; ou ainda fornece o ouro / Que anima o combate cujas vítimas contemplais... / Talvez o mercador cubano também pense / Na grande corrente de culpa da qual é o elo longínquo. / Aliviado, não vê todos os males que sucedem / Nem vai em pessoa à caça humana; / Ele próprio não persegue o negro; / É claro, só faz abrir a bolsa. / Não assiste ao ataque às cabanas em fogo, / Nem passa pela horda com gritos de rapina, e nem / Aguilhoa os velhos com sua mão direita... / Ele não separa os cativos para o mercado, / Nem arruma a carga — esta é a parte do capitão... / Seus agentes apenas capturam primeiro as vítimas, / Eles fazem a guerra e ele paga o custo... / Para o sofrimento humano, simpatia e vergonha, / Seu coração se fecha, ele só visa a riqueza. (N. da T.)



O Caribe em 1770: ver também p. 46

Por volta de 1770 havia quase dois milhões e meio de escravos labutando nos campos, engenhos, minas, oficinas e residências das colônias do Novo Mundo. A mão-de-obra escrava produzia os artigos mais desejados e importantes do comércio atlântico e europeu: açúcar, café, algodão e cacau do Caribe; tabaco, arroz e anil na América do Norte; ouro e açúcar na América do Sul espanhola e portuguesa. Essas mercadorias representavam cerca de um terço do valor do comércio europeu, número inflado por regulamentos que obrigavam o transporte de produtos coloniais para a metrópole antes de sua reexportação para outros destinos. A navegação atlântica e a colonização europeia do Novo Mundo fizeram das Américas a fonte mais conveniente de produtos tropicais e subtropicais para a Europa. A taxa de crescimento do comércio atlântico no século XVIII sobrepujou todos os outros ramos do comércio europeu e criou fortunas fabulosas. Ainda assim, esta conexão impressionante entre império e escravidão estava para entrar em crise terminal.

O período entre 1776 e 1848 testemunhou sucessivas contestações dos regimes de escravidão colonial, levando à destruição quer da relação colonial, quer do sistema escravista ou de ambos em cada uma das principais colônias do Novo Mundo. A contestação do império e a contestação da escravidão eram, em princípio, projetos dessemelhantes e distintos. Todavia, neste período eles se entrelaçaram quando os colonos resistiram ao domínio imperial e os próprios escravos tentaram explorar qualquer enfraquecimento do aparato de controle social. Todas as potências coloniais permitiam a escravidão e todos os sistemas escravistas estavam integrados em um ou outro império transatlântico. A escravidão em grande escala nas *plantations* havia se desenvolvido no Caribe, no século XVII, como resultado do empreendimento privado e da iniciativa independente; depois de algumas décadas de autonomia virtual, os donos de *plantations* conquistaram a proteção interessada da Inglaterra ou da França, potências que tinham poder naval suficiente para manter acuados piratas, corsários e rivais coloniais. Os novos sistemas escravistas desenvolveram-se dentro do arcabouço colonial e geraram grandes lucros comerciais e receitas alfandegárias para a metrópole imperial. Mas para que as *plantations* prosperassem, as autoridades imperiais tiveram de resistir à tentação de regulamentar excessivamente e sobretaxar o comércio de seus produtos.

As estruturas do império eram vulneráveis de forma mais imediata do que as de dominação e a exploração de escravos. O poder dos proprietários de escravos concentrava-se nas Américas; o poder imperial estendia-se pelas distâncias oceânicas e dependia da aliança mais ou menos voluntária das classes de proprietários das colônias. À medida a que população de colonos europeus foi se reproduzindo pelas gerações, desenvolveram-se instituições e recursos que reduziam a dependência à

metrópole. Na segunda metade do século XVIII as elites coloniais de toda a América ganharam mais autoconfiança, estivessem ou não envolvidas com a propriedade de escravos. A vitalidade do comércio atlântico era tal que os monopólios comerciais estavam a ponto de explodir em 1770. Depois da Guerra dos Sete Anos (1756-63), todas as potências imperiais aceitaram a pressão por maior autonomia colonial e promoveram projetos de reforma. A contestação colonial aos funcionários e mercados metropolitanos representava uma aspiração ao autogoverno; foi ao mesmo tempo reivindicação de maior liberdade econômica e afirmação da nova identidade e da civilização americana autônoma. A exigência americana de liberdade e autodeterminação fortaleceu os ataques à oligarquia e ao governo arbitrário no Velho Mundo. Mas a rejeição dos regimes *políticos* do Velho Mundo não pressupunha mudanças fundamentais nas instituições *sociais*. Um dos objetivos deste livro é descobrir por que a crise no modo de dominação política às vezes detonou uma crise do regime social, em especial da instituição da escravidão.

Esta introdução busca fornecer um esboço dos sistemas escravistas coloniais de meados do século XVIII e estabelecer seus pontos fortes e fracos característicos, às vésperas daquela "Idade da Revolução" na qual teriam papel tão importante.

Os sistemas de controle mercantilista buscavam dirigir o comércio colonial, e para isso empregavam dezenas de milhares de funcionários. A Grã-Bretanha permitia uma espécie de livre comércio imperial e não respeitava o monopólio colonial de seus rivais. Mercadores franceses tinham permissão de reexportar sem impostos produtos das *plantations* e recebiam um bônus pelos escravos que vendiam aos donos de *plantations* nas Antilhas. As burocracias reais de Espanha e Portugal exigiam o controle direto da prata e do ouro produzidos em suas possessões americanas. Em princípio, os monopólios coloniais permitiam aos mercadores metropolitanos recolher um excedente e impediam o comércio interamericano. Mas o próprio vigor do comércio atlântico tendia a fazê-lo ultrapassar as fronteiras prescritas. O contrabando provavelmente respondia por pelo menos um décimo de todo comércio, apesar dos funcionários da alfândega e do tesouro e das patrulhas navais regulares. Apesar da fraqueza de Portugal e das concessões comerciais feitas à Grã-Bretanha, os mercadores de Lisboa e do Porto mantinham o controle do comércio brasileiro, mesmo que isso significasse vender tecidos britânicos em troca do ouro do Brasil. Na década de 1760 a principal *raison d'être* das ilhas holandesas era como centros do comércio não regulamentado.

Os diferentes padrões de desenvolvimento colonial produziram a divisão por território da população escrava do Novo Mundo em 1770, mostrada na Tabela 1, a seguir.

Tabela 1 Estimativa das populações escravas nas colônias americanas em 1770

	<i>Escravos</i>	<i>População total</i>
América britânica	878.000	2.600.000
(América do Norte britânica)	(450.000)	(2.100.000)
(Caribe britânico)	(428.000)	(500.000)
América portuguesa (Brasil)	700.000	2.000.000
América francesa (Caribe)	379.000	430.000
América espanhola	290.000	12.144.000
(Caribe espanhol)	(50.000)	(144.000)
(Continente espanhol)	(240.000)	(12.000.000)
Caribe holandês	75.000	90.000
Caribe dinamarquês	18.000	25.000

O tamanho das populações escravas coloniais não reflete nem o tamanho geográfico dos diferentes impérios nem a primazia da colonização. A Espanha, a primeira e ainda maior potência colonial do Novo Mundo, estava em quarto lugar como proprietária de escravos. A Grã-Bretanha e a França, que não tinham colônias com escravos em 1640, agora possuíam as *plantations* escravistas mais florescentes do Novo Mundo. A população escrava total do Brasil pode ter sido maior do que a das colônias francesas, mas a estimativa é incerta e a escravidão estava um tanto menos concentrada no setor exportador. O Brasil era colônia de Portugal, mas Portugal era quase uma semicolônia britânica, e assim grande parte do ouro produzido pelos escravos no Brasil acabava indo para Londres. A Grã-Bretanha e a França tinham vigor comercial para criar as colônias escravistas mais produtivas, embora as potências ibéricas ainda mantivessem o domínio de imensos impérios continentais. E, em contraste com os Países Baixos, a Grã-Bretanha e a França foram capazes de mobilizar a força necessária para defender suas conquistas coloniais no Novo Mundo. Embora as relações sociais capitalistas estivessem mais desenvolvidas na Grã-Bretanha do que na França, o desenvolvimento vigoroso do comércio e da manufatura franceses no século XVIII equiparou-os aos britânicos. A exportação francesa de açúcar refinado ou de tecidos de algodão excedeu a britânica na década de 1760; matérias-primas coloniais baratas, fornecidas com isenções e incentivos especiais, ajudaram a possibilitar um enclave de acumulação que utilizava mão-de-obra escrava.

O uso de escravos africanos permitira à Grã-Bretanha alcançar a primeira posição como potência colonial americana e desenvolver suas possessões na América até que suas exportações ultrapassaram as da América espanhola. Na década de 1770, as

colônias escravistas das Antilhas francesas lutavam para superar as Índias Ocidentais britânicas. O valor anual da exportação colonial do início da década chegou a 5,6 milhões de libras nas colônias britânicas, 5,2 milhões nas colônias francesas, 1,8 milhão no Brasil e 4,9 milhões em toda a América espanhola. Mercadores e fabricantes britânicos mantinham com ampla margem a liderança do fornecimento dos mercados coloniais; sua exportação para toda a América era pelo menos duas vezes maior que a dos franceses. O comércio transatlântico exigia aproximadamente meio milhão de toneladas em meios de transporte marítimo e empregava mais de cem mil marinheiros e trabalhadores nas docas. O lucro britânico no comércio atlântico vinha principalmente da organização capitalista eficaz do transporte marítimo, do fornecimento de manufaturas e das finanças comerciais; o lucro comercial francês, que no todo chegava à metade do comércio colonial de exportação, dependia mais do monopólio mercantilista.

Em meados do século XVIII a Grã-Bretanha e a França eram, segundo o testemunho geral de contemporâneos, os Estados mais poderosos, esplêndidos e dinâmicos do mundo. Cada um a seu modo, Versalhes e Westminster eram os exemplos de governo da época. Depois de Portugal, Espanha e Países Baixos, haviam criado uma rede mundial de colônias e bases comerciais. Foram os primeiros impérios verdadeiramente globais e transoceânicos da história humana. O Novo Mundo era considerado área crucial de testes por estadistas importantes como Pitt, o Velho, e Choiseul. Até mesmo o abade Raynal, que apoiava a nova crítica filosófica da escravidão, acreditava que as *plantations* açucareiras haviam substituído as minas de ouro como esteios do império. Em sua *Histoire des Deux Indes (História das duas Índias)* (1770), Raynal insta as autoridades espanholas a promoverem a economia de *plantation* em Cuba para que rivalizassem com as conquistas dos proprietários da Virgínia, que forneciam tabaco à Europa, ou de São Domingos, que supriam de açúcar metade da Europa.

O Atlântico e o Caribe agigantaram-se nas guerras do século XVIII. A Grã-Bretanha e a França protegiam seus impérios com marinhas que compreendiam, cada uma, de sessenta a oitenta “navios de linha” e um enxame de embarcações menores; a força naval da Espanha era apenas um pouco menor e incluía os eficientes *guarda-costas* do Caribe. Os Países Baixos, derrotados no Brasil no século XVII, eram apenas uma potência americana menor. As conquistas inglesas e francesas no Caribe só foram sustentadas devido ao uso maciço do poder naval e da disponibilidade de um fluxo constante de emigrantes. Depois do Tratado de Ryswick em 1697, houve poucas alterações territoriais no Caribe, mas a ameaça ainda existia. No entanto, em 1770 chegou-se a um importante ponto crítico. As vitórias da Grã-Bretanha na Guerra dos Sete Anos permitiram-lhe expulsar os franceses da América do Norte. Desta época em diante, os levantes internos sobrepujaram e deslocaram a rivalidade imperial do papel-chave na mudan-

ça no hemisfério. Os proprietários de escravos teriam participação importante nestes levantes, quer nas 13 colônias inglesas da América do Norte na década de 1770, quer nas Antilhas francesas em 1788-93, quer na Venezuela, em Nova Granada, no Peru e no rio da Prata nas décadas de 1810 e 1820. Os proprietários de escravos do Brasil e do Caribe espanhol e britânico jogaram suas cartas de forma diferente e evitaram ao máximo os levantes, mas também marcaram sua presença. Os senhores de escravos americanos deste período eram visivelmente menos conservadores que os ricos e poderosos de outras regiões, fossem estes donos de minas no México ou proprietários de terras na Europa. Algumas observações sobre o caráter da escravidão encontrada nas Américas nesta época podem ajudar a explicar isso.

O tipo de escravidão que predominava nas Américas no século XVIII não deveria ser considerado uma relíquia da Antiguidade ou do mundo medieval. Os sistemas coloniais eram de construção muito recente e de caráter altamente comercial. Cruzavam todo um oceano e estavam enredados em rivalidades. Os escravos eram trazidos exclusivamente da África, e a grande maioria deles sujeitava-se a regimes duríssimos de trabalho. Em contraste, as formas anteriores de escravidão eram menos extensas, menos comerciais e mais heterogêneas. Os escravos do Novo Mundo eram propriedade econômica, e o principal motivo para possuir escravos era a exploração econômica; com este fim, pelo menos nove décimos dos escravos americanos foram postos a trabalhar na produção de mercadorias.¹

Em outras sociedades, a escravidão teve uma capacidade camaleônica de se adaptar à formação social circundante; como uma perna mecânica social, ampliou o poder dos proprietários de escravos de forma apropriada a cada sociedade — talvez pelo aumento de uma linhagem ou fornecendo um núcleo de administradores de confiança. Nas Américas do século XVIII o uso de escravos na agricultura e na mineração ajudou a ampliar o alcance do capital mercantil e manufatureiro e forneceu a regiões em industrialização matérias-primas e mercados. Elizabeth Fox Genovese e Eugene Genovese identificaram o impulso para a acumulação mercantil como força propulsora por trás do surgimento dos novos sistemas escravistas. A parceria de mercadores e donos de *plantations* no Novo Mundo levou à criação de um empreendimento manufatureiro e agrícola integrado. As próprias *plantations* escravistas incorporaram os avanços na técnica agrícola compatíveis com o trabalho em turmas coordenadas. Em geral, os empresários que as dirigiam dispunham-se a adotar métodos de processamento inovadores e tinham recursos para comprar os produtos da indústria capitalista e da agricultura comercial. O dono da *plantation* do Novo Mundo, ao comprar implementos como parte da troca das mercadorias que fornecia, podia aumentar a produção, em

resposta às pressões de mercado, de forma muito mais rápida que os senhores feudais da Europa oriental e com base numa complementaridade maior com o capital manufatureiro. A própria *plantation* representava uma façanha da organização e da fiscalização da produção. As turmas de escravos nos campos e as equipes de escravos nos engenhos eram mobilizadas para um trabalho que era realizado sob coação, de forma intensa e contínua. Manuel Moreno Fraginals examinou as formas pelas quais o engenho de açúcar antecipou alguns métodos de um industrialismo capitalista emergente, com sua calibragem precisa da mão-de-obra e subordinação a um ritmo mecânico. O processo de trabalho altamente coordenado da “*plantation*” açucareira do final do século XVIII lembra em parte a “planta” ou instalação industrial do futuro.²

Todavia, esses autores marxistas distinguem corretamente a escravidão do Novo Mundo de um regime de produção generalizada de mercadorias. As empresas escravistas ainda tinham raízes na chamada “economia natural” — o cultivo de subsistência e trabalho interno, “não-comercializado”. Os escravos plantavam a maior parte de sua própria comida, construíam suas próprias cabanas e assim, diferentemente do trabalhador assalariado, não dependiam principalmente de bens comprados no mercado. Normalmente a *plantation* escravista poderia sobreviver, se necessário, através de seu próprio cultivo e manufatura de subsistência. O fato de que os donos das *plantations* dispunham desta “reserva” de economia natural, como a denominou Jacob Gorender, reforçava sua capacidade de sobreviver aos tempos de guerra, revolução ou depressão comercial.³ Assim como o camponês ou pequeno fazendeiro, e ao contrário do fabricante ou do mercador, o dono da *plantation* podia se retirar do mercado por longos períodos e manter seu empreendimento. Mas, em fases de expansão, ele não se limitava aos recursos da propriedade; com um mercado receptivo, suas perspectivas só eram limitadas pela capacidade de comprar mais escravos, implementos e equipamento, quando necessário. Os camponeses europeus ou senhores feudais, ao contrário, estavam limitados pela “economia natural” e restringidos pelo tamanho da família ou da mão-de-obra disponível na propriedade. Graças ao capital investido na *plantation*, seu proprietário não tendia a cair na autarquia. A construção e a manutenção de uma *plantation* envolvia custos econômicos permanentes, que agiam como um aguilhão para a produção renovada de mercadorias sempre que possível; e o valor econômico dos escravos era tal que o produtor que não pudesse lucrar com eles era induzido a vendê-los a alguém que o fizesse. Mais uma vez, nem o camponês nem o senhor feudal estavam sujeitos a uma pressão econômica comparável. Já que os escravos cobriam suas necessidades de subsistência em apenas dois dias de trabalho por semana, incluindo quase todo o seu pouco “tempo livre”, a taxa de extração de excedente e lucro bruto era muito alta. Assim, o dono de uma *plantation* escravista era um empreendedor com capacidade e motivação para responder às pressões do mercado. A

expansão do fornecimento só dependia do custo de limpar a terra, adquirir escravos e equipamento e pagar supervisores assalariados. A demanda européia de mercadorias exóticas era tal que esses custos podiam ser cobertos com folga.⁴

A caracterização aqui apresentada refere-se às formas predominantes de escravidão americana no século XVIII. Na América espanhola e no Brasil português, havia também resíduos de um padrão anterior e mais difuso. É necessário distinguir entre a escravidão *acessória* do início do colonialismo espanhol ou português e a escravidão *sistêmica*, ligada às *plantations* e à produção de mercadorias, que se tornou dominante no século XVIII. A “escravidão acessória” dos espanhóis não envolvia colônias com maioria escrava, a exclusão dos escravos de todos os cargos de responsabilidade nem a negação de atributos humanos ao cativo. A introdução de escravos ajudou a consolidar uma superestrutura imperial de exploração que não se baseava principalmente em mão-de-obra escrava. A riqueza e o poder espanhóis derivavam da conquista e da exploração dos povos indígenas do continente; tentou-se a escravização total dos ameríndios, que se mostrou impossível ou tão destrutiva a ponto de ser contraproducente. As comunidades indígenas do século XVI nas ilhas do Caribe e no litoral foram dilaceradas e desmoralizadas pela invasão e pelo excesso de trabalho; seus povos foram destruídos por terríveis epidemias ou absorvidos quando os conquistadores tomaram para si as mulheres indígenas. Alguns fugiram para pântanos inóspitos e afastados ou mantiveram-se em ilhas rochosas e na selva mais distante. Mas no continente os conquistadores espanhóis conseguiram substituir o estrato dominante anterior dos impérios inca e asteca e explorar as comunidades indígenas, que eram subjugadas, mas não escravizadas.

Os cativos africanos foram introduzidos na América espanhola para compensar o despovoamento das áreas mais atacadas e para fortalecer a presença da potência colonizadora; para sustentar centros administrativos e linhas de comunicação e para atender às necessidades pessoais dos conquistadores. O uso de escravos na América espanhola no século XVIII reteve algo deste antigo padrão. Os escravos africanos trabalhavam como criados domésticos, porteiros, gerentes, estivadores, costureiras, barbeiros, jardineiros, artesãos; havia escravos trabalhando nas minas de ouro de Nova Granada, nas propriedades açucareiras de Cuba e nas lavouras de cacau da Venezuela, mas estes eram ainda enclaves bastante modestos na economia imperial espanhola de 1770. A prata era extraída por trabalhadores assalariados, cuja maioria era de origem indígena, mas com alguns negros ou mestiços, ou por trabalhadores enviados como tributo por aldeias índias. A administração imperial na América espanhola promovia e coordenava diretamente a atividade econômica; administradores do rei supervisionavam o fornecimento de alimento e mão-de-obra às minas, distribuíam concessões de mine-

ração, compravam tabaco e cuidavam do fluxo de prata de volta para a Europa. Havia falhas, naturalmente, mas este sistema *extensivo* de exploração imperial contrastava com o regime *intensivo* de microexploração das *plantations* escravistas no restante da América. Também ajudava a inibir a elite crioula, que sabia muito bem que o Estado imperial era um fator direto e crucial da extração de trabalho excedente dos produtores fundamentais. Pelo contrário, os donos de *plantations* dirigiam um processo independente de extração de excedentes, em que era papel do Estado colonial recolher impostos, criar regulamentos desastrosos e fornecer proteção externa. Em 1770 as minas de prata da América espanhola exploravam veios fabulosos — daí o valor impressionante da exportação colonial espanhola —, mas, graças a isso, os proprietários de minas estavam muito menos interessados na autonomia colonial do que os donos de *plantations*.

A escravidão brasileira na década de 1770, com propriedades açucareiras no Nordeste, minas de ouro no Sul e uso disseminado de escravos em oficinas, residências, fazendas e ranchos em todas as províncias, refletia a variedade da história da colônia. Os portugueses começaram a instalar engenhos de açúcar no Brasil no final do século XVI e, com a ajuda holandesa, desenvolveram as principais características da propriedade escravista comercial. No Brasil, assim como no Caribe, as comunidades indígenas foram dizimadas por doenças e expulsas pela conquista. Os mercadores portugueses foram os primeiros a desenvolver o comércio atlântico de escravos, fornecendo escravos mais baratos de seus próprios entrepostos comerciais na costa africana. Para os recém-chegados da África, a fuga era muito mais difícil e perigosa do que para os ameríndios. Além disso, os cativos africanos vinham de sociedades em que a agricultura, a mineração e as relações sociais da escravização eram muito mais desenvolvidas do que no caso dos ameríndios do Brasil, do Caribe ou do litoral norte-americano. O Brasil atraiu uma torrente de colonos portugueses, mas os proprietários de terras (fazendeiros) acharam mais fácil explorar os cativos africanos do que negar todos os direitos a servos emigrados da Europa. A força de trabalho no engenho brasileiro do início do século XVII continuou a ser mista, e combinava fileiras de servos africanos e índios com uma dúzia ou mais de imigrantes portugueses; e o processamento não era integrado com o trabalho agrícola, já que a maior parte da cana era fornecida por agricultores independentes (lavradores de cana). O termo *plantation* não se aplicava à propriedade açucareira brasileira.

Os primeiros colonos do Brasil demonstraram a lucratividade do cultivo do açúcar, e usavam uma força de trabalho mista com predominância crescente de escravos africanos. O avanço posterior rumo a uma escravidão sistêmica completa foi bloqueado pela demanda irregular da Europa, pelas invasões e pela ocupação holandesa (1624-54) e por um sistema caro e complicado de frotas anuais. A descoberta de

ouro no Brasil no final do século XVII deu à monarquia portuguesa um forte incentivo para manter os mecanismos de exploração imperial “extensiva”. As frotas facilitavam o controle imperial e a cobrança de impostos, além de oferecerem proteção. Mas com a exportação de ouro transportada em segurança em comboios para a Europa, o comércio de açúcar foi estrangulado. Os escravos brasileiros continuaram a produzir açúcar, mas nesta economia quase fechada muitos também eram utilizados no fornecimento de alimentos e manufaturas ao mercado local. As potências ibéricas obrigaram os mercadores a viajar com a frota anual até a década de 1760; o crescimento espontâneo da agricultura comercial foi inibido, e assim abriu-se mais espaço para holandeses, ingleses e franceses.⁵

A largada para a produção em grande escala das *plantations* foi dada no Caribe pelos produtores britânicos e franceses, apoiados por mercadores holandeses independentes, por volta de 1640-50. A escravidão sistêmica tinha de ter caráter colonial porque as *plantations* escravistas precisavam de garantias navais e militares que as protegessem de rivais e da ameaça de revolta escrava. Embora a escravidão acessória tenha ajudado a reproduzir o império, o império ajudou a reproduzir a escravidão sistêmica. A *plantation* era administrada como uma empresa integrada com acesso privilegiado ao mercado europeu; em pouco tempo, todas as tarefas braçais passaram a ser realizadas por escravos. A instabilidade e a guerra retardaram o desenvolvimento das *plantations* na Jamaica e em São Domingos até que a Paz de Utrecht, em 1713, criou condições mais favoráveis tanto para este desenvolvimento quanto para a organização do tráfico negreiro em grande escala.

As colônias britânicas e francesas, assim como o Brasil, mas diferentemente da América espanhola, tornaram-se regiões povoadas pelos colonizadores depois que os habitantes originais foram mortos, marginalizados ou expulsos. A própria agricultura de exportação ajudou a financiar a colonização, já que os mercadores concediam transporte a servos europeus dispostos a trabalhar nas *plantations* por três ou cinco anos. Mais da metade dos emigrantes brancos para a América do Norte colonial vieram como servos contratados; o Caribe francês e britânico também absorveu dezenas de milhares destes trabalhadores cativos, que podiam ser comprados a preço mais baixo que os escravos. No total, cerca de 350.000 servos foram embarcados para as colônias britânicas até a década de 1770. Os servos brancos ou *engagés* podiam ser violentamente explorados, mas não ofereciam ao proprietário da *plantation* a oportunidade de construir uma força estável de trabalho. Servos brancos ou *engagés* por fim seriam libertados; os africanos estavam condenados a uma vida inteira de cativo. Nas primeiras décadas do século XVIII os donos de *plantations* de tabaco da Virgínia e de Maryland também passaram a preferir cada vez mais o trabalho

escravo aos servos contratados da Inglaterra. Servos brancos tinham direitos legais definidos e alguma expectativa de encontrar apoio na comunidade de colonizadores, tanto por parte das autoridades quanto do povo. Africanos cativos tinham poucos direitos e, na prática, nenhuma capacidade de garanti-los. Podiam provocar piedade, mas não solidariedade de brancos que não possuíam escravos. Colonos brancos gozavam de um nível de liberdade desconhecido no Velho Mundo, enquanto os negros eram sujeitos ao sistema de escravização mais sistemático e feroz que já existira.

A escravidão colonial do Novo Mundo desenvolveu-se no alvorecer do avanço capitalista na Europa do século XVII. Na década de 1760, cerca de 600.000 escravos eram levados para as Américas todo ano, quase dez vezes a quantidade anual da década de 1650 e cinquenta vezes o número introduzido por ano por Espanha e Portugal nas décadas de 1560 e 1570. Antes de 1580, é provável que os imigrantes europeus tenham sobrepujado em número os escravos levados para o Novo Mundo; entre 1580 e 1650 o número de cativos africanos que chegavam a cada ano era mais ou menos o mesmo que o de imigrantes europeus. Com o surgimento da escravidão "sistêmica", a "importação" de escravos cresceu tanto em termos proporcionais quanto absolutos. A primeira colônia do Novo Mundo onde os escravos tornaram-se maioria da população foi a ilha britânica de Barbados, por volta de 1645, seguida de perto pelas outras ilhas controladas por britânicos e franceses nas Pequenas Antilhas, depois pela Jamaica, na década de 1660, e São Domingos, na de 1690. Os cativos africanos só começaram a ser embarcados em grande quantidade para a América do Norte nas primeiras décadas do século XVIII. A descoberta de ouro no Brasil no final do século XVII mais que duplicou a importação anual de escravos naquele território. Com o desenvolvimento do Caribe britânico e francês, o número de escravos africanos desembarcados no Novo Mundo excedeu o número de imigrantes europeus, no período entre 1650 e 1700. Mas foi apenas no século XVIII que apareceu uma imensa disparidade, com cerca de seis milhões de cativos africanos chegando ao Novo Mundo, cinco ou seis vezes o número de europeus. Pelo menos um milhão de escravos morreram só nesse século durante a famosa "rota do meio", ou travessia da África para o Novo Mundo, e um número incontável morreu antes sequer de chegar à costa africana.

Este inchaço do comércio negreiro refletiu um vasto aumento da produção das *plantations* escravistas. A produção total de açúcar do Brasil em 1620 fora de apenas 15.000 toneladas por ano, número que provavelmente não foi excedido até a década de 1750; a minúscula ilha de Barbados produziu sozinha 15.000 toneladas durante a década de 1670. Em 1760 as colônias escravistas britânicas e francesas produziam 150.000 toneladas de açúcar por ano, e chegaram a 290.000 toneladas entre 1787 e 1790. A produção de tabaco das *plantations* escravistas da Virgínia e de Maryland subiu de 20 milhões de libras-

peso em 1700 para 220 milhões em 1775. Em 1700 havia cerca de 100.000 escravos nas colônias britânicas e 30.000 nas francesas; nesta época não deveria haver mais de 100.000 escravos em toda a América espanhola, ou mais de 150.000 no Brasil. Assim, apesar das taxas de mortalidade apavorantes, a população escrava das Américas multiplicou-se seis vezes, dos cerca de 400.000 indivíduos em 1700 para 2.400.000 em 1770, e as populações escravas das colônias britânicas e francesas expandiram-se com maior rapidez.⁶

Por que foram as Américas o lugar desta expansão fenomenal e por que envolveu a escravidão? O desenvolvimento capitalista na Europa gerou novas necessidades que não poderiam ser atendidas com recursos europeus. O Novo Mundo tinha o clima e o solo necessários para cultivar os produtos exóticos desejados pelos europeus, e o transporte marítimo era barato. Mas as Américas não eram povoadas por agricultores dedicados à produção de mercadorias. Na verdade, as regiões costeiras subtropicais mais adequadas para o cultivo desses produtos foram severamente despovoadas depois do impacto desastroso da conquista européia. O cultivo de produtos de *plantation* envolvia o tipo de trabalho que espantava o migrante voluntário; especialmente porque a abundância de terras no Novo Mundo oferecia uma alternativa preferida ao trabalho na *plantation* — mesmo que, como muitas vezes acontecia, isso significasse lutar com os habitantes indígenas pela posse da terra. Mercadores portugueses, holandeses, britânicos e franceses descobriram que era agradavelmente lucrativo patrocinar o desenvolvimento de *plantations*, mas só conseguiram supri-las de mão-de-obra por meio da garantia de fornecimento de escravos da costa da África. A competição no mercado atlântico afogou quaisquer escrúpulos que tivessem a respeito do comércio de africanos escravizados, de forçá-los a trabalhar nas *plantations* ou de ganhar dinheiro com o que os escravos produzissem. É espantoso que antes de 1760 tenha havido poucos protestos contra a escravização em massa de africanos — apesar de, como veremos no próximo capítulo, a escravidão há muito já ter desaparecido do noroeste da Europa. A escravidão do Novo Mundo resolveu o problema colonial de mão-de-obra em uma época em que não havia outra solução à vista. Assim, ela provou ser muito coerente com a acumulação comercial e manufatureira nos centros do avanço capitalista na Europa ocidental; em primeiro lugar nos da Grã-Bretanha, dos Países Baixos e da costa atlântica francesa e seu interior.

Como se mantinha a demanda pela produção dos escravos? Os produtos das *plantations* eram prazeres populares, e freqüentemente a demanda de açúcar e tabaco funcionava como isca que atraía círculos cada vez maiores da população para a economia de mercado; os impostos cobrados sobre estes produtos também representavam uma arrecadação útil para os principais Estados. O novo padrão de relações sociais fez com que a renda passasse dos gêneros para o dinheiro; bebidas adoçadas e tabaco eram tanto um consolo

quanto um agulhão, enquanto tecidos leves, laváveis e brilhantes tornavam a vida mais amena e saudável. A sede da Europa por produtos das *plantations*, que parecia impossível de mitigar, fez com que, em uma década, o fornecimento de açúcar, café, tabaco e algodão duplicasse sem queda de preço. Comerciantes e donos de *plantations* eram encorajados a buscar as perspectivas quase ilimitadas de expansão que levaram à construção das *plantations* escravistas. A nova cultura do consumo comercializado não tinha consciência do custo humano acarretado por seus prazeres.⁷

Quais eram as tensões internas geradas pela escravidão colonial? Em 1770 as autoridades britânicas e francesas enfrentavam o risco de rebeliões de colonos. Os colonos britânicos e franceses e seus descendentes não acreditavam que, por serem colonos, pudessem ser privados de direitos; esta sensação era, naturalmente, mais forte nas colônias britânicas mais antigas da América do Norte, mas era encontrada também nas Antilhas francesas.

A força específica da escravidão colonial britânica e francesa era o aparato descentralizado e controlado pelo dono da *plantation* para conter os escravos. A força da colonização ibérica estava concentrada em centros administrativos nas próprias colônias.

A escravidão colonial criou seus próprios antagonismos sociais característicos. Mesmo o mais sábio dos ministros acharia difícil distribuir privilégios e penalidades de forma eficaz e coerente, dada a espontaneidade da economia atlântica e suas reações imprevisíveis à mudança de gosto e de métodos de produção. Os produtores de tabaco da Virgínia, os donos de *plantations* açucareiras das Antilhas francesas e os concessionários de minas de ouro do Brasil tinham a desvantagem de que seus produtos haviam atingido alto grau de visibilidade. Expostos de qualquer maneira à atenção de mercadores e funcionários do Tesouro, estavam sujeitos a restrições mercantilistas que faziam com que se sentissem, como descreveu Washington, “tão miseravelmente oprimidos quanto nossos próprios negros”. Os proprietários de *plantations* das Índias Ocidentais britânicas aceitavam sua posição com mais facilidade, já que sabiam que o sistema colonial lhes abria um mercado metropolitano protegido, poupando-os da necessidade de competir em igualdade de condições com as *plantations* francesas, mais eficientes. Da mesma forma, os produtores de açúcar da América espanhola ou mesmo do Brasil ainda não eram dinâmicos o bastante para sentir uma frustração muito aguda; mas não foi este o caso dos produtores de cacau da Venezuela, que enfrentaram as pretensões monopolistas da Companhia de Caracas e delas escaparam de todo jeito conhecido até forçarem seu fechamento na década de 1780.

Fora alguns grandes privilegiados, os proprietários de escravos do Novo Mundo sentiam viva inimizade pelos funcionários coloniais, já que desejavam cuidar de

seus próprios negócios e o funcionalismo colonial tinha a tarefa de ministrar a regulamentação mercantilista. Mas pelo menos as tropas coloniais davam-lhes alguma proteção. Os proprietários de escravos tendiam a um antagonismo mais acirrado com os mercadores metropolitanos e seus agentes locais, especialmente quando, como acontecia amiúde, tinham dívidas para com eles. Levar uma *plantation* escravista ao ponto em que se pudesse vender a colheita era um empreendimento demorado, caro e arriscado. Os proprietários de *plantations* muitas vezes precisavam recorrer ao crédito para comprar escravos, equipamento ou provisões. Com frequência caíam nas garras dos mercadores depois que uma guerra, um furacão ou uma revolta de escravos lhes destruía a colheita ou alguma epidemia levava metade ou mais do contingente de escravos. Em geral o mercador cobrava juros altos nos empréstimos aos donos de *plantations* e podia justificá-los com os riscos envolvidos. Mas com tudo isso, o dono de uma *plantation* escravista dava ao mercador-credor a primazia sobre os superlucros que ainda não tinham sido apurados. O próprio dinheiro gasto na compra de um escravo representava um desconto sobre o excedente futuro a ser apropriado quando se colocasse o escravo para trabalhar. Havia aqui um nexos antagônico entre dono de *plantation* e mercador que, com frequência, intensificava a hostilidade para com os sistemas coloniais que privilegiavam monopólios mercantis nacionais. Em geral os mercadores locais despertavam menos suspeita ou ódio, já que podiam ser parceiros na fuga às restrições mercantilistas e aos credores metropolitanos. Mas a relação entre donos de *plantations* e mercadores nunca foi tranqüila. Ela incluía o antagonismo com os comerciantes de escravos, sempre que os donos de *plantations* sentiam que poderiam prosseguir sem novas compras de cativos. Poderia até provocar um sentimento de impaciência para com a própria escravidão, um tipo de desejo desesperado do proprietário de escravos e de *plantations* de se encantar com um senhor de terras agrícolas mais importante e com maior soberania.

A relação entre donos de *plantations* e outras camadas da população livre das colônias, embora também ambivalente, admitia mais cordialidade. Os grandes proprietários compravam provisões de pequenos fazendeiros e alguns suprimentos de fabricantes locais. Empregavam o serviço de feitores, guarda-livros, advogados, médicos e outros. Na própria zona de *plantations*, o grande proprietário era reconhecido como líder da comunidade local e assumia cargos como magistrado ou coronel da milícia local. Apesar das tensões associadas ao patronato, em geral os donos de *plantations* conseguiam o apoio de outros colonos livres em confrontos com a metrópole. Este eixo dominado pelo grande proprietário era mais forte na zona de *plantations* da América, mas encontrava-se também onde quer que houvesse desenvolvimento de *plantations*. As potências metropolitanas foram obrigadas a permitir

que as colônias desenvolvessem sua própria capacidade militar, quer como segurança contra revoltas de servos, quer como auxílio às forças metropolitanas durante as guerras de rivalidade imperial.

Em toda a América os donos de *plantations*, proprietários de escravos e mercadores locais a eles ligados foram súditos impacientes e insubmissos. Isso foi tão verdadeiro na América do Sul e no Caribe quanto na América do Norte. Mas, naturalmente, o equilíbrio predominante das forças sociais e o vigor da economia baseada na escravidão encorajaram variações dos objetivos específicos e dos métodos adotados. A posse de escravos conferia *status*, e a administração da *plantation* trazia o hábito do comando. Os donos de *plantations* do continente tendiam a ser mais ousados ao enfrentarem as autoridades imperiais; os do Caribe, empoleirados em grandes maiorias escravas, eram mais ferozes nas palavras do que nos atos e, muitas vezes, preferiam o jogo de influências para pressionar os centros imperiais. Mas, independentemente de sua localização, os donos de *plantations* tendiam a ver-se como agentes autônomos com um objetivo racional e esclarecido na vida. O tipo de racionalidade econômica quase capitalista incorporada à *plantation* escravista estimulava este ponto de vista e muitas vezes o levava em uma direção antimerchantilista. Na luta para conseguir um retorno competitivo com sua propriedade, o dono da *plantation* contrariava-se com as restrições comerciais que o impediam de comprar suprimentos mais baratos e vender a qualquer consumidor disponível. Os donos de *plantations* das Índias Ocidentais britânicas sentiam essa contrariedade menos intensamente porque o livre comércio do império lhes permitia comprar suprimentos baratos norte-americanos, implementos de metal e tecidos ingleses de baixo preço e encontrar mercado para todo o açúcar que conseguissem produzir. Os donos de *plantations* da Virgínia e de Maryland tinham um ponto de vista diferente porque, se vendessem o fumo diretamente para a Europa, poderiam economizar a comissão do intermediário. Os grandes proprietários das Antilhas francesas e dos enclaves de *plantation* da América espanhola sabiam que os mercadores metropolitanos pagavam-lhes menos por causa de seus privilégios monopolistas e gostariam de ter acesso direto às manufaturas britânicas e aos suprimentos da América do Norte. Os proprietários de concessões de minas do Brasil sentiam tais contrariedades de forma menos intensa, em parte porque suas concessões dependiam de licença real e em parte porque na década de 1770 a economia mineira estava em declínio com a exaustão das jazidas.

O império colonial da Grã-Bretanha nas Américas permitia uma boa medida de autogoverno colonial. O império mantinha-se unido por sua própria coerência comercial, pela força da Marinha Real e pelo medo de índios e franceses. Com exceção do tabaco da Virgínia, a Grã-Bretanha absorvia com folga a maior parte da produção das *plantations* de suas próprias colônias. Por razões de engrandecimento

dinástico e nacional, a França mantinha grande estrutura naval e colonial; setores da aristocracia e da burguesia encontraram para si um nicho no sistema colonial. Mas os *conseils* coloniais franceses eram tão ciosos de seus direitos quanto os *parlements* metropolitanos e, provavelmente, mais representativos das classes proprietárias locais. A Grã-Bretanha e a França extraíam um excedente comercial de suas colônias, mas não recebiam delas grande arrecadação direta. Os governos reais de Espanha e Portugal tinham uma base européia muito mais fraca e passaram a confiar na arrecadação americana, gerada pela economia mineira e por algum comércio de produtos de *plantations*. Na verdade, o fluxo de receitas coloniais para Madri e Lisboa tanto exigia quanto financiava uma estrutura colonial cuja coluna vertebral era a casta militar aristocrática. Escravos africanos e pessoas de cor livres eram ainda usados como força auxiliar para reforçar fortificações imperiais, arsenais, estaleiros e comunicações. Em 1770 faltava quase inteiramente a Espanha e Portugal o vigor autônomo dos territórios ingleses e franceses; a elite nascida no local ("crioula") tinha importância no máximo secundária no governo e em geral, fora dos enclaves de *plantations*, estava mergulhada em torpor provinciano.

Os proprietários de escravos mais independentes e vigorosos das Américas encontravam-se na América do Norte inglesa e no Caribe francês; perto do final do século XVIII alguns donos de *plantations* do Brasil português e do Caribe espanhol começaram a imitá-los. O arco da resistência dos proprietários de *plantations* ao controle imperial — que passou dos primeiros para estes últimos — é um dos temas deste livro. Começou com as colônias britânicas da América do Norte, em parte porque os proprietários de lá tinham uma posição mais forte, mas também porque o poder imperial há muito vinha tolerando a autonomia colonial interna. Os Estados atlânticos mais fortes, Grã-Bretanha e França, haviam concedido mais espaço para o autogoverno colonial do que Espanha e Portugal, mais fracos enquanto potências européias, mas com formidáveis burocracias imperiais. No ano de 1770 a escravidão colonial era mais forte onde a autoridade imperial era mais fraca, nas colônias inglesas. De forma semelhante, a escravidão era mais fraca na América espanhola, onde a autoridade metropolitana era exercida de maneira mais dirigista. França e Portugal ocupavam posições intermediárias. Como a escravidão era inversamente proporcional ao exercício da autoridade metropolitana, não surpreende que o primeiro exercício de independência daria uma grande contribuição ao crescimento dos sistemas escravistas.

O império britânico, embora menos rigoroso e restritivo, era também menos útil para os donos de *plantations* da América do Norte do que as metrópoles de outros impérios coloniais. A partida dos franceses, que levaram consigo a necessidade de proteção militar britânica, também revelou que há muito faltavam ao império os

princípios produtivos intrínsecos que ainda se mantinham, em maior ou menor grau, nos outros grandes impérios. O absolutismo francês concedia privilégios aos mercadores de Bordéus e Nantes, mas também auxiliava os proprietários de *plantations* das Antilhas. O comércio de escravos era subsidiado, proprietários com títulos de nobreza eram isentos de impostos e as guarnições coloniais ajudavam a manter as estradas, os portos e os sistemas de irrigação que tornavam São Domingos tão produtiva. Os donos de *plantations* do Nordeste brasileiro também poderiam compilar uma lista semelhante de favores imperiais na década de 1760, quando Pombal tentou patrocinar a economia de *plantations*. Ao contrário, a infra-estrutura do império impunha-se aos donos de *plantations* da Virgínia mais como restrição do que como apoio. Isto não quer dizer que motivos estritamente econômicos ditaram o padrão e a seqüência da rebelião colonial; mas enquanto fossem eficazes, as estruturas aqui mencionadas teriam seu impacto na mentalidade e também no cálculo econômico. Quanto aos proprietários de minas da América espanhola, estavam em débito maior para com as autoridades coloniais do que qualquer dono de *plantation*, já que dependiam delas, como observado anteriormente, para conseguir suprimentos, mão-de-obra, licenças e transporte.⁸

No Velho Mundo, o desenvolvimento comercial e manufatureiro "intensivo" dos Países Baixos levava a um choque momentoso com o império "extensivo" então mais poderoso, o dos Habsburgo espanhóis; impulso similar para a libertação nacional surgiu nas regiões do Novo Mundo onde havia intenso desenvolvimento do comércio, da agricultura e das *plantations*.

A escravidão nas Américas estava pesadamente concentrada na zona tropical e subtropical do Caribe e na área circunvizinha ao litoral atlântico das Américas do Norte e do Sul. Embora ainda houvesse regiões imensas que não haviam efetivamente sido colonizadas nem controladas por nenhuma potência imperial, havia também setores das economias coloniais nos quais a escravidão tinha papel secundário ou insignificante. Os cerca de 25.000 escravos negros da Nova Inglaterra em 1775 não eram cruciais para a agricultura ou a construção de navios; a cooperação forçada da turma de escravos não tinha, na produtividade das pequenas fazendas mistas e da manufatura, a mesma influência importante que apresentava no cultivo e no processamento dos produtos das *plantations*. No entanto, os mercadores, pequenos fazendeiros e capitães de navios da Nova Inglaterra descobriram que os donos de escravos e *plantations* eram bons fregueses e repeliam tentativas de limitar seu comércio com as Índias Ocidentais; até então era pouco o que podiam fornecer à Europa. Os criadores de gado da América do Sul muitas vezes utilizavam alguns escravos — vendiam carne-seca às *plantations* e queriam

mais liberdade para fornecer couros e peles a mercadores europeus. Os que tinham concessões de minas operadas por escravos em Nova Granada e os donos de *plantations* de cacau da Venezuela faziam muito contrabando, mas, ainda assim, ressentiam-se do controle metropolitano.

A manutenção da escravidão colonial produziu padrões diferentes de privilégio racial, com diversos potenciais de conflito. Em todas as colônias, os brancos gozavam de *status* e vantagens especiais. Em 1770 todos os escravos americanos eram negros, embora nem todos os negros fossem escravos. Os brancos de classe mais baixa e os americanos nativos deviam sua liberdade à resistência comunitária. Os donos de escravos apelavam para a solidariedade racial dos brancos e às vezes clamavam até aos índios para ajudá-los a manter a escravização dos negros; mas apenas nas colônias inglesas a população negra livre era tão pequena que quase todos os negros eram escravos. Na América portuguesa e espanhola, escravos ou seus descendentes tinham obtido alforria em quantidade suficiente para criar uma população apreciável de negros e mulatos livres. Às vezes os negros e mulatos livres eram considerados pelas autoridades um contrapeso, tanto em relação aos escravos quanto à elite crioula; ocupavam uma posição intermediária no sistema de castas e era-lhes permitida uma identidade separada, embora subordinada. No Brasil os portugueses formaram regimentos negros com oficiais negros em sua luta para expulsar os holandeses; os espanhóis também formaram milícias negras no século XVIII. Com freqüência, as fileiras de *Henriques* brasileiros ou dos batalhões pardos ou negros da América espanhola eram formadas por escravos comprados pelo Estado, aos quais se oferecia a liberdade em troca de um tempo mais longo de engajamento. Por ser cara a compra de escravos para as forças armadas, eles eram, às vezes, capturados de inimigos da Coroa. No Caribe francês e holandês as pessoas de cor livres eram quase tão numerosas quanto os colonos brancos e recebiam algum reconhecimento oficial como contrafortes auxiliares do sistema escravista colonial. A complexa hierarquia social das colônias espanholas, portuguesas e francesas contrastava com o sistema bipolar, negro ou branco, das colônias inglesas, com sua população comparativamente grande de colonos brancos. Nas colônias de *plantation* da América do Norte, a maioria branca mal tolerava a presença de negros livres; nas Índias Ocidentais britânicas, com sua maciça maioria negra, os brancos acharam aconselhável aceitar um pouco melhor os negros e mulatos livres. Em todas as colônias, negros e mulatos livres podiam possuir seus próprios escravos, mas nas colônias inglesas isso era bastante raro. A escravidão do Novo Mundo codificou a pele "negra" como característica de escravos; pessoas de cor livres podiam ser levadas a negar sua cor — ou a negar a escla-

vidão. Donos de escravos de ascendência parcialmente africana compartilhavam com os "brancos" a preocupação por seus direitos que os impelia a esta difícil opção.

Em 1770 os escravos das Américas eram explorados mais intensamente do que qualquer outro grupo do mesmo tamanho em toda a história. Todavia, a ameaça imediata ao império não vinha dos explorados, mas de uma aliança colonial que incluía muitos exploradores. Embora as guarnições e esquadras coloniais às vezes estivessem disponíveis para subjugar revoltas de escravos e para conter os *maroons*,* os donos de *plantations* preferiam esmagar a resistência por meio de suas próprias patrulhas e milícias. As forças metropolitanas tinham como principal função proteger as colônias de ataques externos. É por essa razão que a vitória britânica na América do Norte em 1763 foi abrangente demais para seu próprio bem; libertou os colonos de seu medo dos franceses e espanhóis.

Os que construíram, em cada colônia, os empreendimentos baseados em escravos estavam unidos pela língua, pela identidade cultural e pelo interesse econômico; e tinham recursos para contratar empregados e garantir aliados junto à população livre sem escravos. Estes últimos, pelo contrário, haviam sido arrancados de partes diferentes de um continente imenso, falavam línguas diferentes e tinham diferentes tradições. A seqüência de captura, venda e travessia era por si só traumática. Os cativos africanos que vinham das regiões mais desenvolvidas eram mais vulneráveis, por terem mais familiaridade com a escravidão e menos familiaridade com a vida na floresta do que os bosquímanos, que parecem ter formado uma parcela desproporcional dos *maroons*. Fez-se todo o possível para impedir que os escravos desenvolvessem um objetivo ou interesse em comum, semeando-se a divisão dentro das *plantations* e impedindo a comunicação entre elas. A população escrava era sempre fonte de apreensão para os senhores; mas este medo não paralisou os donos de escravos, que acreditavam estar mais bem informados do que os funcionários da metrópole a respeito das necessidades dos cativos.

As colônias com grande maioria escrava não poderiam sobreviver por mais de um século caso não reproduzissem com eficácia a sujeição dos que eram utilizados em trabalhos forçados. O ímpeto destrutivo e a lucratividade extraordinária da *plantation* recriavam continuamente uma força de trabalho que tinha pouca oportunidade de se descobrir. Os contingentes de escravos condenados a trabalhar nas *plantations* das zonas tropicais e subtropicais tinham mortalidade tão alta e fertilidade tão baixa que exigiam um comér-

*Comunidades de negros fugidos da escravidão que se formaram em várias regiões do Caribe e viviam nas montanhas ou na selva, às vezes em associação com índios remanescentes. (N. da T.)

cio negreiro de enormes proporções para manter ou aumentar o nível populacional. Não fosse por este afluxo, a população escrava das colônias do Caribe teria-se reduzido em dois, três ou quatro por cento ao ano em meados do século XVIII. Os donos de *plantations* do Caribe compravam mais homens do que mulheres por não estarem dispostos a arcar com as despesas da reprodução natural. Entre 1700 e 1774, meio milhão de escravos foram levados para a Jamaica, mas, ainda assim, a população escrava só aumentou em 150.000 indivíduos entre essas duas datas. O fato de que o escravo recém-chegado ao Caribe tinha uma expectativa de vida de apenas sete ou dez anos e de que os contingentes das *plantations* eram continuamente refeitos pela compra tornou mais difícil a construção e a transmissão de uma nova identidade coletiva. Por outro lado, a perspectiva tenebrosa da vida na *plantation* encorajou fugas individuais e ocasionais revoltas em massa.

As condições de vida dos escravos e a segurança da *plantation* variavam muito entre as colônias. Os 450.000 escravos da América do Norte inglesa estavam sujeitos à vigilância estrita e cuidadosa de seus proprietários, que em geral possuíam apenas algumas dezenas de escravos, se tanto. A chibata, o livro de orações e o controle dos alimentos pelo proprietário ajudavam a manter os escravos no trabalho árduo do nascer ao pôr-do-sol, sendo as noites muitas vezes dedicadas ao processamento ou à manufatura. No entanto, o clima mais ameno, a abundância de terra para o cultivo de alimentos frescos e as exigências menos intensas do cultivo de tabaco evitaram que a população escrava norte-americana tivesse as taxas de mortalidade extremamente altas características das *plantations* açucareiras; os negros da América do Norte multiplicaram-se quase tão depressa quanto os brancos. Os donos de *plantations* norte-americanas pagavam preço mais alto pelos escravos, mas taxas de juros muito mais baixas, o que lhes dava incentivo para encorajar a reprodução natural da mão-de-obra escrava. Os vínculos familiares tornaram os escravos da América do Norte menos propensos a fugir ou revoltar-se do que os do Caribe.

A baixa taxa de sobrevivência dos africanos em boa parte do Novo Mundo refletia parcialmente o fato de que estavam concentrados nas planícies tropicais, onde as doenças cobram seu pesado preço de todos os imigrantes. Mas certamente o excesso de trabalho e o conseqüente descuido com a subsistência ajudaram a matar os escravos. Pelo menos dois terços dos africanos que chegaram ao Novo Mundo foram enviados para *plantations* açucareiras. No Caribe e no Brasil, as *plantations* açucareiras impunham regularmente aos escravos uma jornada de trabalho de 16 ou até de 18 horas por dia; havia trabalho noturno no engenho e, chovesse ou fizesse sol, trabalho no campo de dia durante o longo ciclo de plantio e colheita. Os escravos recebiam rações magras e esperava-se que se alimentassem com o fruto do trabalho de um dia ou um dia e meio por semana em roças a eles destinadas para

este propósito. As *plantations* do Caribe continham, em geral, centenas de escravos cada uma; os feitores e capatazes brutalizados aos quais eram confiados não tinham sequer a razão dúbia do proprietário para tratar com algum cuidado os seus escravos, ou seja, que eles perderiam valor caso não fossem bem tratados. Na América espanhola e portuguesa, em geral o destino do escravo da *plantation* não era melhor, e, na verdade, o dos escravos das minas de ouro era ainda pior — neste último caso, não havia sequer um ciclo de colheita para limitar o excesso de trabalho, e a exposição à água e às intempéries provocava alta mortalidade. O preço relativamente baixo pelo qual se compravam novos cativos dos mercadores e o alto valor da produção dos escravos — fosse açúcar ou ouro — conferiram uma lógica comercial terrível à prática de consumir a vida dos escravos em poucos anos de trabalho intenso. Enquanto o contingente de escravos fosse dizimado pela doença e pelo excesso de trabalho, seria difícil para eles resistir coletivamente à opressão.

Em toda a zona de *plantations* os escravos eram sujeitos a açoitamentos repetidos, e com eles ameaçados, além de outras formas de punição; as escravas eram estupradas pelos brancos; e a comunidade da *plantation*, se assim podemos chamá-la, era abandonada à subnutrição e à doença, ao desânimo e à lassidão, quando não galvanizada pela força bruta para atender ao ritmo implacável do trabalho. As condições materiais da existência do escravo eram, sem dúvida alguma, piores no Caribe e no Brasil do que na América do Norte, onde o clima e o tipo de cultura eram menos rigorosos. Por outro lado, o grande tamanho das *plantations* do Caribe diminuiu o impacto cultural dos proprietários de escravos; este fator favoreceu a sobrevivência de traços africanos e, afinal, a descoberta de novas fontes de identidade comunitária. Em todo o Caribe as línguas e dialetos crioulos, pesadamente influenciados pelo vocabulário e estrutura das línguas africanas, tornaram-se o principal meio de comunicação. As grandes *plantations* de arroz da Carolina do Sul tenderam a este último padrão, e os habitantes daquela região desenvolveram uma língua própria, chamada gullah, assim como os habitantes das ilhas em várias partes do Caribe.

O padrão diversificado e tradicional da escravidão na América espanhola e, em menor grau, no Brasil encorajou os escravos mais privilegiados a desenvolver sua própria incorporação subordinada à sociedade colonial e a esperar o dia em que eles, ou seus filhos, seriam libertados. Irmandades religiosas especiais proporcionavam um meio cultural e uma forma de previdência social para a comparativamente grande população negra e mulata livre.⁹ Nas colônias espanholas e portuguesas havia um número considerável de escravos semi-autônomos que trabalhavam no comércio ou na terra sob sua própria supervisão. Com permissão de reter parte de seus ganhos, podiam comprar a liberdade, sua ou de um parente, em cerca de vinte anos

— e ao fazê-lo também davam a seu dono os recursos para comprar um novo escravo jovem e, assim, perpetuar seu papel de proprietário de escravos.

Os proprietários de escravos americanos julgaram conveniente promover uma camada de escravos mais permanentes, talentosos ou responsáveis que haviam dominado as complexas exigências da agricultura de *plantation*, e nela confiar. Esses escravos recebiam pequenos privilégios e, em troca, esperava-se que ajudassem a vigiar ou dirigir seus colegas nas turmas de escravos. Os membros da elite escrava tinham rações extras, podiam escolher a parceira e gozavam pelo menos de uma margem de manobra para negociar o ritmo e o volume de trabalho na *plantation*. Com frequência os donos de *plantations* do Caribe passavam para os “cabeças” escolhidos todas as roupas, alimentos e rum destinados ao contingente inteiro de escravos. Desta forma a elite escrava tinha interesse na manutenção da estrutura de autoridade da *plantation*. É importante reconhecer a força interna deste regime. Em princípio, cada *plantation* era um mundo em si mesmo, e normalmente só os escravos mais privilegiados tinham permissão de relacionar-se com outras *plantations*. Até os escravos do campo tinham motivos para temer a vida nas áreas selvagens e sentir-se ligados à propriedade, onde podiam ter suas roças e suas relações pessoais. A resistência escrava ao regime da *plantation* era endêmica e assumia tanto a forma reformista quanto a revolucionária. Os escravos negociariam, por meio dos capatazes e feitores, hortas maiores ou uma noite extra para trabalhar para si mesmos. O absolutismo da categoria jurídica da escravidão pode nos impedir de ver todas as características da verdadeira condição do escravo, importantes para os escravos propriamente ditos. Embora o regime da *plantation* fosse um choque para o recém-chegado, os habituados a ele vieram a distinguir boas e más condições, bons e maus capatazes ou feitores. Ainda desejariam a liberdade, mas outros objetivos podiam parecer mais imediatos e práticos — uma roça maior ou complicar a vida de um feitor odiado. Ao trabalharem de forma lenta ou “estúpida” ou aparentarem indiferença em relação a ameaças e punições, os escravos às vezes podiam barganhar condições melhores. Os donos de *plantations* e as autoridades locais tinham poder de fogo superior e usariam de toda brutalidade para manter a subordinação servil, mas os proprietários e administradores às vezes descobriam que a negociação era a melhor forma de conseguir completar a colheita; as tristes alternativas disponíveis para os negros limitavam severamente as barganhas em que podiam ter sucesso.

Nas ilhas açucareiras francesas e britânicas, onde os escravos representavam de 80 a 90% da população, os proprietários estavam evidentemente muito mais atentos à garantia oferecida pelo Estado colonial do que no continente. Em último caso, sempre poderiam pedir ajuda às guarnições e aos “navios de linha” da metrópole,

mesmo que preferissem contar apenas com suas próprias forças. Na prática, o tamanho pequeno das colônias do Caribe e a proximidade das tropas da milícia reduziam grandemente as oportunidades de revolta ou fuga de escravos. A preocupação com a segurança e as vantagens comerciais poderiam, no entanto, colocar os donos de *plantations* do Caribe contra sua metrópole nacional. Durante a Guerra dos Sete Anos, a Grã-Bretanha conseguiu ocupar setores do Caribe francês e espanhol com a colaboração ativa dos proprietários locais.

Todo o processo colonial, através do qual certos Estados da Europa ocidental conquistaram impérios nas Américas e neles desenvolveram minas e *plantations*, pode ser descrito como um crescimento prodigioso das forças sociais, algumas delas coordenadas por Estados, muitas outras propelidas por centros privados de riqueza e poder. Os cativos africanos foram introduzidos em uma formação social em que o dono de escravos não dispunha apenas do poder de fogo de seus capangas, mas também do apoio de seus vizinhos e clientes. Sem os alimentos adquiridos pelo proprietário ou seu administrador, poderia haver fome. Os proprietários de *plantations* e funcionários coloniais controlavam os sistemas locais de informações e faziam de negros desobedientes vítimas de violência exemplar. Até a população ameríndia era, com frequência, hostil aos negros rebeldes ou fujões.

Em tempos normais o escravo estava preso a uma estrutura de opressão insidiosa e multifacetada, na qual os proprietários dispunham de recursos econômicos e ideológicos além de garantias políticas e militares; em contraste, os cativos estavam divididos por seu histórico e pela situação, afastados de suas origens mas isolados no novo ambiente e enredados em um sistema vasto e complexo de controle territorial, troca econômica e mobilização social.

A rivalidade entre os vários impérios ajudou a armar o cenário para as tentativas dos colonos de assegurar uma esfera maior de autonomia e criou algumas oportunidades para a resistência dos escravos; apenas uma década entre 1660 e 1770 não foi marcada pela guerra entre um ou outro dos Estados atlânticos.

O mercantilismo colonial protegera a infância dos sistemas escravistas e os comércios negreiros nacionais, mas a produção cresceu com mais vigor quando os monopólios oficiais foram desmantelados e suspensas as restrições mercantilistas. Alguns donos de *plantations* sentiram confiança suficiente em sua posição para exigir o autogoverno e a liberdade comercial para as colônias; outros preferiram patrocinar a mudança dentro da metrópole. Alguns poucos eram reacionários com posição contrária a mudanças, ocupando um nicho privilegiado na ordem predominante. Os donos de escravos não tinham objetivos ou situações uniformes, mas tendiam

para o lado do progresso e pelo menos alguns deles ascenderam como os principais líderes revolucionários da época. Com a revolução industrial ainda em sua primeira infância em 1770, não havia nada no mundo atlântico que se comparasse ao espantoso crescimento da produção e do comércio das *plantations* no século e meio anteriores. Em termos socioeconômicos, os senhores de escravos do Novo Mundo criaram um novo tipo de escravidão e foram obrigados a inventar, praticamente do nada, as bases legais e ideológicas de um sistema escravista. Esta experiência histórica dotou-os de certa confiança em sua própria capacidade. No entanto, não haveria nenhuma Declaração dos Direitos dos Senhores de Escravos. Os revolucionários donos de escravos preferiram reforçar outras identidades e outros interesses comuns, em geral os que unissem todos os cidadãos livres. Alguns revolucionários donos de *plantations* repudiaram não só o comércio negreiro, como também a escravidão como incoerentes com as liberdades civis e a integridade nacional; descartaram aquele aspecto de sua dupla ou tripla identidade que achavam mais difícil justificar e preferiram ver-se como cidadãos e homens de empresa e cultura. Mesmo para um senhor de escravos, não era difícil compreender o fato de que a escravidão era o lado feio do progresso do Novo Mundo. A escravidão já era considerada degradante muito tempo antes de moralistas e economistas explicarem suas próprias objeções.

Em seu estudo clássico sobre *A era da revolução*, E. J. Hobsbawm examinou o impacto econômico da revolução industrial da Grã-Bretanha e o impacto político da Revolução Francesa. Há muita coisa no desenvolvimento europeu e americano subsequente e no mundo moderno que pode ser rastreada até as conseqüências monumentais desta "dupla revolução". No entanto, a história da escravidão do Novo Mundo exige atenção para outro conjunto de forças e impulsos: aqueles gerados pelo impacto e exemplo político do Estado hanoveriano, principal potência atlântica, e o impacto econômico dos acontecimentos revolucionários na América do Norte, no Caribe e na América do Sul. Mesmo aqueles que combateram a Grã-Bretanha hanoveriana encontraram nela muito que admirar; suas instituições políticas, como veremos, seriam amplamente imitadas no mundo atlântico da época e vieram a ser associadas à coexistência desconfortável da escravidão da *plantation* com um abolicionismo ainda imaturo. Da mesma forma, as revoluções de 1776, 1789 e posteriores tiveram conseqüências prodigiosas para o futuro econômico da escravidão nas Américas. Elas romperam barreiras mercantilistas para a expansão das *plantations* e deram impulso à disseminação da escravidão no continente; ao mesmo tempo, criaram oportunidades para uma sucessão de graves sublevações contra a escravidão no Caribe. A literatura sobre a "Era da Revolução" tende a concentrar-se na Europa, embora R. R. Palmer e

J. Godechot tenham ressaltado o impulso democrático revolucionário das 13 colônias norte-americanas. Mas os acontecimentos na zona de *plantations* depois de 1776 — o surgimento de novas propriedades baseadas na escravidão ou a disseminação da revolução e da emancipação do Haiti para a América espanhola — não receberam atenção compatível com sua importância. O presente estudo, por dedicar-se a um capítulo essencial da história da escravidão no Novo Mundo, vai explorar esta dimensão americana um tanto negligenciada.¹⁰

É claro que não há entendimento consensual sobre a “Era da Revolução” na Europa, mesmo entre os marxistas. A obra de Hobsbawm foi notável por abordar a complexidade internacional de um processo continental e influente de “revolução burguesa” no qual a política e a economia avançaram em contraponto e não em uníssono. As lutas de classes desta época não ficaram de forma alguma confinadas à luta de uma nascente classe capitalista contra o feudalismo obsoleto. Pequenos produtores, trabalhadores assalariados, artesãos, pequenos funcionários públicos, “burgueses” não capitalistas, todos tiveram seu papel. Às vezes fizeram alianças com os interesses capitalistas ou ajudaram a remover obstáculos ao avanço capitalista. Mas uma característica distintiva da “Era da Revolução” é que as forças populares também intervieram para proteger seus próprios interesses o melhor que puderam. Esta época de progresso “burguês” acabou por produzir estruturas de Estado nacional mais adequadas à acumulação de capital do que os *anciens régimes*; mas também trouxe à luz os movimentos e instituições democráticas que agiram como freio ao poder do capital. O curso dos acontecimentos nas Américas apresentaria complexidade semelhante, marcada pela luta de classes popular e pela revolução burguesa. Este processo secular e contestado levou os senhores de escravos americanos aos píncaros da riqueza e do poder em determinado momento apenas para despedaçá-los no momento seguinte.

O fato de que os senhores de escravos, do Chesapeake ao Rio de Janeiro, pudessem ser protagonistas da “revolução burguesa” e do desenvolvimento capitalista é, claro, totalmente paradoxal, já que eles mesmos não eram burgueses nem capitalistas, ainda que seus parceiros mercantis pudessem ser assim descritos. E há ainda o problema de que, embora o surgimento do capitalismo na Europa nos séculos XVII e XVIII tenha manifestamente promovido o desenvolvimento dos sistemas escravistas no Novo Mundo, ainda assim parece haver algum vínculo entre o capitalismo e o surgimento do antiescravismo. Em vários estudos notáveis, a abolição da escravatura ou do tráfico negreiro foi identificada com os objetivos ou os princípios de uma nova civilização capitalista e imperialista. Já se argumentou que a crítica da escravidão preparou o caminho para os regimes de mão-de-obra industrial assalariada ou para a imposição da hegemonia burguesa a todas as camadas da sociedade. De for-

ma semelhante, falando o idioma não marxista, considera-se que o avanço da racionalização ou da sociedade industrial ou das relações de mercado expulsou a forma social primitiva da escravização. Se a escravidão desenvolveu-se na aurora do capitalismo, como insisti antes, como é que o avanço capitalista também despertou impulsos antiescravistas? No decorrer deste livro, tentar-se-á resolver o paradoxo de como o capitalismo, em primeiro lugar, precisou de regimes de trabalho forçado e, mesmo assim, libertou forças que ajudaram a combater a escravidão americana.

Em *Capitalismo e escravidão* (1944), Eric Williams desenvolveu o argumento de que a escravidão pertencia ao velho mundo do mercantilismo colonial e que se tornou redundante com o surgimento do trabalho assalariado na metrópole e com a disseminação do domínio colonial europeu na Ásia e na África. Ao mesmo tempo em que contém muitos argumentos poderosos e exemplos maravilhosos, *Capitalismo e escravidão* propõe uma explicação do abolicionismo segundo a qual os capitalistas industriais desfizeram-se do comércio negreiro e da escravidão colonial por motivos essencialmente econômicos. Faz-se referência a tensões sociais mais amplas e a revoltas de escravos, mas o peso principal da explicação recai sobre o interesse econômico capitalista. A abolição britânica é abordada como se fosse um processo nacional bastante auto-suficiente, e o destino da escravidão na América independente não é investigado, nem como teste de sua tese nem como influência sobre a emancipação britânica. Williams não ignora o fato de que o desenvolvimento do capitalismo e da escravidão foram intimamente relacionados. Mas minimizou o problema da explicação ao sustentar que a escravidão produziu o capitalismo, e não o contrário. Em contraste com o entendimento marxista das origens do capitalismo, Williams não levou em conta a acumulação de capital agrário, manufatureiro e mercantil na época pré-industrial. Para ele, os sistemas escravistas do Novo Mundo, longe de serem uma consequência do desenvolvimento capitalista, foram uma escada descartável pela qual ele subiu. No final, seu esquema “dialético” de um capitalismo que usou uma escravidão descartável é mecânico e insatisfatório.

Em *The Problem of Slavery in the Age of Revolution 1776-1823* (1975), David Brion Davis apresenta uma investigação mais comparativa e complexa dos abolicionistas, esclarecendo os caminhos pelos quais eles ajudaram a construir uma nova hegemonia burguesa, ainda que se movendo contra um modo de exploração mais primitivo na zona de *plantations*. Esta obra admirável focaliza principalmente a ideologia do abolicionismo, apresentando de forma apenas resumida algumas das lutas anteriores sobre a emancipação. Embora as controvérsias metropolitanas sejam muito bem esclarecidas, o padrão de resistência e acomodação dos próprios escravos não é integrado à análise. A experiência e as aspirações dos escravos desta época são mui-

to mais difíceis de identificar e documentar do que o pensamento dos principais abolicionistas, mas isto não nos dispensa de tentar.

O ensaio notável de Eugene Genovese, *From Rebellion to Revolution* (1979), explora o desenvolvimento do antiescravismo dos próprios escravos e argumenta que seu alcance e sua trajetória foram transformados durante a época da revolução democrática burguesa. Nestas substanciosas obras de interpretação, baseadas em amplas pesquisas, Davis e Genovese qualificam e matizam a tese que vincula o antiescravismo ao surgimento da sociedade burguesa. Davis mostra que os abolicionistas visavam com frequência mais do que uma revisão puramente capitalista das relações sociais, enquanto Genovese apresenta as formas pelas quais a resistência escrava veio a prevalecer sobre o egoísmo burguês e lembra-nos de que a revolução democrática burguesa na própria Europa assistiu várias vezes às forças populares impondo o progresso democrático a uma burguesia relutante, tímida ou traiçoeira. Davis e Genovese chamam a atenção para as tensões e contradições que isso provocou e colocam o surgimento dos movimentos abolicionistas e a legalização e o resultado final da emancipação em um contexto de luta de classes tanto na zona de *plantations* quanto na metrópole. Com base nessas abordagens, o presente livro busca construir uma narrativa marxista das verdadeiras lutas de libertação nas várias regiões das Américas e estabelecer até que ponto o antiescravismo, em intenção ou resultado, transcendeu a dinâmica democrática ou capitalista burguesa. A reconstrução narrativa oferecida também busca reconhecer a contribuição dos senhores de escravos ao processo revolucionário burguês mais amplo, ao desmantelamento da escravidão colonial e ao nascimento de novos sistemas escravistas. Isto envolveu reunir a política colonial e metropolitana em um relato do destino da escravidão em cada colônia durante a época revolucionária, país por país.

Na década de 1980 há sinais de que o estudo do abolicionismo vem se tornando um ramo especializado e desligado da história da escravidão. O abolicionismo é visto como uma expressão importante da reforma da classe média em vez de uma resposta às lutas na própria zona de *plantations*. O fato de que o abolicionismo levou à emancipação dos escravos tende a ser aceito sem investigação. Assim, o abolicionismo é entendido como justificativa do avanço capitalista, da propagação de um modelo de sociedade de mercado e da confiança burguesa no progresso. Em um trabalho assim, o foco tende a cair sobre a evolução do pensamento e do sentimento social nas classes médias metropolitanas. Pouca atenção se dá à luta de classes metropolitana ou às disputas relativas ao objetivo e ao caráter do Estado; e concede-se ainda menos atenção aos acontecimentos na própria zona de *plantations*, à resistência escrava e ao papel dos ex-escravos na determinação do resultado do processo de emancipação. Embora a crítica teórica dessas abordagens seja necessária, uma narrativa que identifique os avanços

da escravidão e do antiescravismo nas Américas pode dar sua própria contribuição ao sugerir sua inadequação, como este livro tenta fazer.¹¹

Embora os historiadores do abolicionismo tendam a ignorar os acontecimentos na zona de *plantations*, há também uma escola florescente de “estudos da escravidão” que se abstrai do contexto fornecido pela política e pela economia da metrópole. A vida dos escravos e a resistência negra são estudadas isoladamente, sem referência a seu impacto sobre as decisões metropolitanas. A especialização acadêmica e a divisão do trabalho têm suas justificativas, mas as razões da destruição da escravidão colonial não podem ser percebidas se a abolição metropolitana e as lutas da zona de *plantations* forem alocadas em departamentos diferentes do conhecimento.

O modelo ainda não superado para a compreensão da luta contra a escravidão é *The Black Jacobins: Toussaint l'Ouverture and the San Domingo Revolution*, de C. L. R. James (1938). Nesta obra, James determina o impacto da revolução no Caribe sobre os acontecimentos na metrópole e explora a fusão extraordinária de tradições e impulsos diferentes conseguida em São Domingos na década de 1790. A história de James esclarece o funcionamento essencial do capitalismo, do racismo, do colonialismo e da escravidão — e as complexas lutas de classes que provocaram em São Domingos; transmite uma sensação maravilhosa de irrupção das massas na história. Com sensibilidade afinada com as forças cosmopolitas da época, ele segue o impulso revolucionário transatlântico a cruzar o oceano de São Domingos a Paris e de volta ao Caribe. Como explicação, é mais satisfatória e, como narrativa, muito mais atraente do que aqueles relatos de lutas ligadas à escravidão colonial que nunca olham para fora das *plantations* ou, pior ainda, nunca abandonam as salas de visita ou os salões de debate na metrópole. Em alguns círculos, supõe-se que a história narrativa tem pouco a oferecer e é incapaz de identificar as estruturas profundas da economia, da mentalidade ou da vida política.¹² O presente livro foi escrito com a convicção de que, se são reais e efetivas, tais estruturas também serão visíveis no nível dos eventos. E com a crença adicional de que as forças socioeconômicas e os discursos ideológicos são tão inerentemente antagônicos e contraditórios que abrem espaço para a opção e a ação políticas, as quais também devem ser registradas caso se queira apreender a dinâmica do desenvolvimento histórico. Assim, a tentativa de construir uma narrativa põe à prova interpretações conflitantes. Pode ser útil estabelecer o peso e o significado respectivos das diferentes forças e fatores em ação. Nos relatos a seguir, tentei colocar em contexto as lutas relativas à escravidão colonial e mostrar que o antiescravismo foi muitas vezes imposto por pressões externas aos agentes de decisão na metrópole. A pesquisa marxista, em obras de escritores como James, Genovese, Gorender e Friginals, já deu uma contribuição notável à nossa compreensão da for-

mação e da derrubada da escravidão nas Américas. Mas a relação deste conjunto de obras com a corrente dominante do desenvolvimento capitalista e da luta de classes ainda não foi suficientemente apreciada, o que fornece uma razão adicional para o presente estudo. As conclusões aqui oferecidas continuam a ser parciais e experimentais, em um campo no qual a pesquisa e o debate avançam a passos rápidos.

O primeiro capítulo examina as fontes do antiescravismo no mundo atlântico de meados do século XVIII — no sentimento popular, na resistência dos escravos e na filosofia. Mas foi necessária a crise do império para que o antiescravismo se tornasse uma questão da política prática; capítulos subseqüentes traçam a irrupção de temas antiescravistas nas crises imperiais e revolucionárias que se alternaram na história das potências atlânticas até meados do século XIX. Os sistemas de escravidão colonial se desfizeram quase na ordem inversa de sua formação, com a crise dos sistemas britânico e francês precedendo, e ajudando a precipitar, a das potências ibéricas. Já foi sugerido que a escravidão americana tinha um ímpeto expansionista geralmente frustrado pelo mercantilismo colonial, e portanto não surpreende que a crise dos sistemas coloniais tenha sido provocada pelo crescimento e não pela contração. Foi totalmente apropriado que a Grã-Bretanha hanoveriana, engrandecida pelo comércio ligado aos escravos, tenha sido o primeiro Estado a ser humilhado por seus próprios colonos, em 1776-83, e depois, na década de 1790, o primeiro a ser derrotado por escravos rebeldes. Os donos de *plantations* da América do Norte inglesa não eram os mais ricos do Novo Mundo, mas incorporavam-se à formação social colonial mais dinâmica e estavam em melhor situação para desafiar o poderio metropolitano. Os Capítulos 2 a 4 examinam o antiescravismo na Grã-Bretanha e na América do Norte, colocando tanto a Revolução Americana quanto o surgimento da abolição no contexto da ordem política e da cultura da qual emergiram. Nos capítulos seguintes a derrubada da escravidão colonial francesa é, de forma similar, considerada em seu contexto, o da crise do *ancien régime* e da irrupção das forças revolucionárias na França e no Caribe.

Com freqüência os relatos da abolição e da escravidão no Novo Mundo passam depressa demais pelo impacto causado sobre elas pelas revoluções no Caribe francês e pelo aparecimento do Haiti, um Estado negro. É quase como se o *Black Jacobins* de James os dispensasse de levar em conta os importantes aspectos concomitantes e as conseqüências da única revolta de escravos bem-sucedida na história. Na verdade, a obra de James deveria ser uma inspiração para identificar o impacto da “primeira emancipação” sobre as lutas posteriores contra a escravidão colonial em outras partes das Américas. O relato detalhado, nos Capítulos 5 a 9, da desintegração do poder dos senhores de escravos em São Domingos, do nascimento do Haiti e do

impacto deste último sobre os escravos e seus senhores, sobre os estrategistas do império e sobre o meio flutuante de aventureiros e revolucionários tenta remediar esta deficiência, com a ajuda da bem-vinda enxurrada de monografias de historiadores do Caribe sobre o assunto. Espero mostrar que é quase impossível exagerar o impacto da revolução haitiana sobre o destino da escravidão colonial.

Esta e outras conclusões emergem de capítulos que delineiam o progresso da escravidão e do antiescravismo nos Estados Unidos, na América espanhola e portuguesa, nas Índias Ocidentais britânicas e nas Antilhas francesas. Eles destacam o paradoxo de que, embora este período de revolução “democrática burguesa” e de avanço capitalista tenha fortalecido e ampliado a escravidão em algumas partes do Novo Mundo (sul dos Estados Unidos, Cuba e Brasil), também armou o cenário para as correntes antiescravistas que garantiram substanciais emancipações de escravos em quase todas as décadas de 1780 até 1840, e ainda depois. Não pode haver dúvida de que esta correlação paradoxal apresenta um grande desafio à explicação histórica.

Recentemente alegou-se que o compromisso com o progresso histórico não podia mais ser mantido. Certamente a história da escravidão do Novo Mundo não permite uma concepção simples ou linear do avanço histórico. Mas quando se levam em conta todas as tendências e contradições, os movimentos americanos pela independência, pelas liberdades republicanas e pela emancipação dos escravos representam conquistas épicas da história humana e da formação do mundo moderno. Apesar dos resultados heterogêneos do antiescravismo da época, os sacrifícios de escravos rebeldes, abolicionistas radicais e democratas revolucionários não foram em vão. Eles mostram como foi possível enfrentar, e algumas vezes derrotar, a opressão que medrou como anverso horrível do crescimento da capacidade e do poder sociais humanos no mundo atlântico do início do período moderno. Em termos mais gerais, são de interesse por esclarecerem as maneiras como, embora de forma incompleta ou imperfeita, os interesses de emancipação podem prevalecer contra as leis e os costumes antigos e o espírito de impiedosa acumulação.

Notas

1. Sobre as muitas variedades de escravidão, ver Orlando Patterson, *Slavery and Social Death*, Cambridge, Mass., 1982; tento definir esta instituição variável em uma contribuição em Leonie Archer, org., *Slavery*, Londres 1988.
2. Elizabeth Fox Genovese e Eugene Genovese, *Fruits of Merchant Capital; Slavery and Bourgeois Property in the Rise and Expansion of Capitalism*, Oxford e Nova York, 1983;

- Manuel Moreno Fraginals, *El Ingenio*, 3 vols., Havana, 1978; ver também Richard S. Dunn, *Sugar and Slaves*, Chapel Hill, 1972; Michael Craton e James Walvin, *A Jamaica Plantation*, Toronto, 1970; Gabriel Debien, *Les Esclaves aux Antilles Françaises: XVII-XVIII Siècle*, Basse Terre, Guadalupe, 1974.
3. Jacob Gorender, *O escravismo colonial*, São Paulo, 1978 (p. 242 para a discussão citada).
 4. Estas e outras características da formação da escravidão colonial no Novo Mundo até 1776 serão exploradas sistematicamente em uma seqüência da presente obra intitulada *The West and the Rise of Slavery*.*
 5. J. H. Parry, *The Spanish Sea-borne Empire*, Londres, 1966; James Lockhart e Stuart Schwartz, *Early Latin-America*, Cambridge, 1983, pp. 98-101, 181-252; James Lang, *Portuguese Brazil: The King's Plantation*, Nova York, 1979, pp. 115-52, 205-18. Sobre o contexto mais amplo, ver Eric Wolf, *Europe and the People Without History*, Londres, 1984.
 6. Os dados neste parágrafo e nos anteriores foram extraídos de Ralph Davis, *The Rise of the Atlantic Economies*, Londres, 1973, pp. 257, 264-5; Fraginals, *El Ingenio*, I, p. 41; Paul E. Lovejoy, "The Volume of the Atlantic Slave Trade: A Synthesis", *Journal of African History*, vol. 23, 1983, pp. 473-501; David Eltis, "Free and Coerced Transatlantic Migrations", *American Historical Review*, vol. 88, n.º 2, abril de 1983, pp. 251-80.
 7. Sobre a dinâmica do consumo por trás do desenvolvimento da *plantation*, ver Sidney Mintz, *Sweetness and Power*, Londres, 1985.
 8. Para um exame esclarecedor das formas pelas quais os impérios impuseram a coordenação produtiva, ver Michael Mann, *The Sources of Social Power*, Cambridge, 1986, pp. 145-55, 250-98.
 9. A. J. R. Russell Wood, *The Black Man in Slavery and Freedom in Colonial Brazil*, Londres, 1982, pp. 128-60; mas ver também Ronaldo Vainfas, *Ideologia e escravidão*, Petrópolis, 1986, pp. 93-115.
 10. Embora o próprio Hobsbawm certamente registre, de forma breve mas enfática, esta dimensão americana; ver *The Age of Revolution*, Londres, 1964, pp. 69, 110.
 11. Para um exemplo desta abordagem, ver Thomas Haskell, "Capitalism and the Origins of the Humanitarian Sensibility, Part 1", *American Historical Review*, vol. 90, n.º 2, abril de 1985, "Part 2", *American Historical Review*, vol. 90, n.º 3, junho de 1985; ver também o "Forum" sobre estes artigos em *American Historical Review*, vol. 92, n.º 4, 1987, pp. 797-878, com críticas de David Brion Davis e John Ashworth e a resposta de Thomas Haskell.
 12. François Furet, *Interpreting the French Revolution*, Cambridge, 1985, pp. 184-204.

*Obra que acabou por intitular-se *The Making of Slavery in the New World*, e que será publicada pela Record, em breve, com o título *A construção do escravismo no Novo Mundo: 1492-1800*

As origens do antiescravismo

Branco diz o preto furta
 Preto furta com razão
 Sinhô branco também furta
 Quando faz a escravidão

Canção brasileira dos tempos da escravidão

[...] the king and his other lord[...] found there [Mile End] threescore thousand men of divers villages and of sundry countries in England. So the king entered in among them and said to them sweetly, 'Ah, ye good people, I am your king. What lack ye? What will ye say?' Then such as understood him said: 'We will that ye make us free for ever ourselves, our heirs and our lands, and that we be called no more bond, nor so reputed'. 'Sirs', said the king. 'I am well agreed thereto. Withdraw ye home into your own houses and into such villages as ye came from[...] and I shall cause writings to be made and seal them with my seal[...] containing everything that ye demand' [...] These words appeared well to the commom people, such as were simple, good, plain men.*

Froissard's Chronicle (1381)

[...] o rei e seus outros lordes [...] encontraram lá [em Mile End] sessenta mil homens de aldeias de mergulhadores e de diferentes regiões da Inglaterra. E então o rei foi para junto deles e disse-lhes docemente: "Ah, boa gente, sou vosso rei. O que vos falta? O que direis?" Então aqueles que o compreenderam disseram: "Desejamos que nos torneis livres, a nós, nossos herdeiros e nossas terras, e que não sejamos mais chamados cativos, nem assim considerados." "Senhores", disse o rei, "estou bem de acordo com isso. Retirai-vos para vossos lares, para vossas próprias casas e para as aldeias de onde viestes [...] e eu farei com que os textos sejam escritos e selá-los-ei com meu selo [...] contendo tudo o que pedis." [...] Tais palavras soaram bem para a gente do povo, que eram homens comuns, bons, simples.